

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**  
**CNPJ Nº 05.474.540/0001-20**  
**Notas Explicativas da Administração às**  
**Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2018 e de 2017**  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

## **1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

## **2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional – CMN (Os pronunciamentos técnicos citados no texto dos CPC's a seguir, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados): CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados e Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2018, data de encerramento do semestre, e comparadas com o mesmo período de 2017.

## **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

#### **a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

#### **b) Títulos e Valores Mobiliários**

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

#### **c) Operações de Crédito**

As operações de crédito são classificadas de com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

#### **d) Ativo Permanente**

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

#### **e) Demais Ativos e Passivos**

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

#### f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

#### g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

#### h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados como Perda remotas para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

#### i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

### 4 - ATIVO

#### 4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2018 e 2017 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	30/06/2018		30/06/2017	
		Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas
LFT – Letras Financeiras do Tesouro – Vinculado	01/03/2018	-	3	313	16
LFT – Letras Financeiras do Tesouro – Vinculado	01/03/2023	77	1	-	-
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	8.467	258	9.458	505
<b>Total</b>		<b>8.544</b>	<b>261</b>	<b>9.771</b>	<b>521</b>

O valor de R\$ 77 MIL registrados em Letras Financeiras do Tesouro corresponde a 08 títulos, com vencimento em 01 de março de 2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos

financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais. O resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 8.467 MIL em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 2,88% correspondente a 91% do CDI.

#### 4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

##### a) Composição por atividade econômica:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor Privado						
Comércio/Serviços	3.205	1.636	4.841	4.374	2.330	6.704
Agronegócio	342	2	344	1.402	215	1.617
Microcrédito	399	133	532	476	112	588
Turismo	272	158	430	207	234	441
<b>Total</b>	<b>4.218</b>	<b>1.929</b>	<b>6.147</b>	<b>6.459</b>	<b>2.891</b>	<b>9.350</b>

##### b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2018		30/06/2017	
		Valor	%	Valor	%
A	Até 14 dias	746	12	1.222	14
B	15 e 30 dias	1.122	18	2.450	26
C	31 e 60 dias	3.016	49	2.659	28
D	61 e 90 dias	390	6	1.038	11
E	91 e 120 dias	292	5	1.017	11
F	121 e 150 dias	96	2	16	-
G	151 e 180 dias	6	-	252	3
H	Acima de 180 dias	479	8	696	7
<b>TOTAL DA CARTEIRA ATIVA</b>		<b>6.147</b>	<b>100</b>	<b>9.350</b>	<b>100</b>

##### c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	30/06/2018		30/06/2017	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
<b>A</b>	746		1.222	-
<b>B</b>	1.046	76	2.229	221
<b>C</b>	2.681	335	1.901	758
<b>D</b>	148	242	-	1.038
<b>E</b>	10	282	10	1.007
<b>F</b>	-	96	5	11
<b>G</b>	-	6	-	252
<b>H</b>	-	479	35	661
<b>TOTAL</b>	<b>4.631</b>	<b>1.516</b>	<b>5.402</b>	<b>3.948</b>

**d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2018		30/06/2017	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
A	0,5	746	4	1.222	6
B	1	1.122	11	2.450	24
C	3	3.016	90	2.659	80
D	10	390	39	1.038	104
E	30	292	88	1.017	305
F	50	96	48	16	8
G	70	6	4	252	177
H	100	479	479	696	696
<b>TOTAL</b>		<b>6.147</b>	<b>763</b>	<b>9.350</b>	<b>1.400</b>

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>1.512</b>	<b>2.405</b>
Constituição da Provisão	209	4.949
Créditos Baixados como Prejuízo	388	592
Reversão de Provisão	570	5.362
<b>Saldo no Fim do Período</b>	<b>763</b>	<b>1.400</b>

**f) Créditos renegociados:**

	30/06/2018	30/06/2017
Renegociação	1.903	57

**g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:**

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>2.257</b>	<b>2.175</b>
Créditos baixados como prejuízo	388	592
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	56	611
Descontos	32	75
<b>Saldo no Fim do Período</b>	<b>2.557</b>	<b>2.081</b>

**h) Garantias:**

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

#### 4.3 - Outros Valores e Bens:

	2018	2017
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>5.392</b>	<b>4.204</b>
<b><u>Bens não de uso próprio</u></b>	<b>5.311</b>	<b>4.144</b>
<b>Imóveis</b>	<b>5.311</b>	<b>4.144</b>
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.040	2.204
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	1.110	946
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	994	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	0
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	0
<b>Material em Estoque</b>	<b>79</b>	<b>58</b>
Material consumo em Estoque	79	58
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Prêmio Seguro	2	2

**A** - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m<sup>2</sup> dos quais estão averbadas 480,0 m<sup>2</sup>, e os outros 207,20 m<sup>2</sup> constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m<sup>2</sup>, avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil).

**B** - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m<sup>2</sup>, avaliado em RS 1.010 (mil).

**C** - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, coma área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil).

**D** - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m<sup>2</sup>, área de uso comum total de 65.8412m<sup>2</sup>, área total de 126.57116m<sup>2</sup>, fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m<sup>2</sup>, da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/200, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m<sup>2</sup>, área de uso comum total de 65.8412m<sup>2</sup>, área total de 126.57116m<sup>2</sup>, fração ideal de 3.121322%,

correspondente a 79.95266m<sup>2</sup>, da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil).

#### 4.4 – NÃO CIRCULANTE - Imobilizado e Intangível de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

Descrição	Móveis e Equipamentos de Uso	Instalações	Sistema de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Sistema de Segurança	Sistema de Transporte	TOTAL
<b>Custo</b>							
em 31 de dezembro de 2017	489	350	67	485	1	209	1.603
Adições	10	0	0	47	0	0	58
(-) Baixas	0	0	0	0	0	0	0
em 30 de junho de 2018	<u>500</u>	<u>350</u>	<u>67</u>	<u>532</u>	<u>1</u>	<u>209</u>	<u>1.660</u>
<b>Depreciação Acumulada</b>							
Taxa de Depreciação anual	10%	10%	10%	20%	10%	20%	
em 31 de dezembro de 2017	(338)	(88)	(52)	(302)	(1)	(98)	(879)
Depreciação Semestral	(14)	(18)	(3)	(23)	(0)	(21)	(79)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0	0	0	0
em 30 de junho de 2018	<u>(352)</u>	<u>(105)</u>	<u>(55)</u>	<u>(326)</u>	<u>(1)</u>	<u>(119)</u>	<u>(958)</u>
<b>Valor Contábil em 30 de junho de 2018</b>	<b>148</b>	<b>245</b>	<b>12</b>	<b>207</b>	<b>0</b>	<b>90</b>	<b>702</b>
<b>Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>152</b>	<b>263</b>	<b>15</b>	<b>183</b>	<b>0</b>	<b>111</b>	<b>723</b>
<b>Valor Contábil em 30 de Junho de 2017</b>	<b>178</b>	<b>283</b>	<b>16</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>144</b>	<b>673</b>

Descrição	Software	TOTAL
<b>Custo</b>		
em 31 de dezembro de 2017	270	270
Adições	208	208
(-) Baixas	(254)	(254)
em 30 de junho de 2018	<u>224</u>	<u>224</u>
<b>Amortização Acumulada</b>		
Taxa de Amortização anual	20%	
em 31 de dezembro de 2017	(215)	(215)
Amortizações semestral	(92)	(92)
(-) Baixas Amortização	254	254
em 30 de junho de 2018	<u>(53)</u>	<u>(53)</u>
<b>Valor Contábil em 30 de junho de 2018</b>	<b>171</b>	<b>171</b>
<b>Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>55</b>	<b>55</b>
<b>Valor Contábil em 30 de Junho de 2017</b>	<b>236</b>	<b>236</b>

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2018 e 2017, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.



## 5 - PATRIMONIO LIQUIDO

### 5.1 - Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito é R\$ 26.823 mil e integralizado é de 26.789 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	26.662.188,84	26.662.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FIETO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FAET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FACIET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	9.682,89	17.140,24
SICON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	9.682,89	17.140,24
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>		<b>100</b>	<b>6.000.000</b>	<b>26.823.127,62</b>	<b>26.788.847,14</b>	<b>34.280,48</b>

## 6 - RECEITAS

A composição das receitas do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS	2018	2017	Variação	
			R\$ Mil	%
Rendas de Operações de Crédito	808	1.100	-292	-26
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	261	522	-261	-50
Rendas de Prestação de Serviços	49	26	23	88
Outras Receitas Operacionais	653	817	-166	-20
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>1.771</b>	<b>2.465</b>	<b>-696</b>	<b>-28</b>

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras rendas Operacionais.

## 7 - DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESAS	2018	2017	Variação	
			R\$	%
Provisão pra créditos de liquidação duvidosa	209	591	-382	-209
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1	-	1	-
Pessoal e Honorários	1.205	1.414	209	15
Outras despesas administrativas	1.122	1.155	-33	-3
Tributárias	88	129	-41	-31
Outras despesas operacionais	58	384	-326	-84
IRPJ E CSLL	-	-	-	-
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>2.683</b>	<b>3.673</b>	<b>-990</b>	<b>-26</b>



## 8 - RESULTADO DO PERÍODO

No 1º Semestre as receitas totalizaram R\$ 1.771 mil, apresentando uma redução de 28% sobre o mesmo período do semestre anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 2.683 mil com uma redução de 26% em comparação com o semestre anterior.

	2018	2017
Resultado do Semestre	(912)	(1.208)

## 9 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2018, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 2.614 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 9.198 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

## 10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

## 11 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

## 12 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 33 funcionários, sendo 31 celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 2 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

## 13 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo

ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

#### **14 - GERENCIAMENTO DE RISCO**

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

O modelo de controle interno adotado pela Agência utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles, a arquitetura é elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A Agência de Fomento adota o cálculo do Value at Risk – VAR paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros pré-fixadas. Dentro de um horizonte de tempo com um intervalo de confiança, a instituição mantém o seu cálculo do VAR com uma confiabilidade de 99% para um intervalo de 10 dias.

Além disso, ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

##### **Risco de Liquidez**

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

##### **Risco de Crédito**

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

##### **Gerenciamento de Capital**

A Agência de Fomento possui política de gerenciamento de capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

##### **Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:**

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III – planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

### **Objetivos**

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

### **Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.**

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

Palmas, 10 de Agosto de 2018.

**MAURILIO RICARDO ARAÚJO DE LIMA**

Diretor-Presidente

**ADEMIR TEODORO DE OLIVEIRA**

Diretor Administrativo-Financeiro

**ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO**

Coordenador de Contabilidade e Finanças

CRC TO 003075/O